

**PROCESSO** - A. I. Nº 269353.0200/13-8  
**RECORRENTES** - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL e SOMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – ME  
**RECORRIDOS** - SOMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – ME e FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL  
**RECURSOS** - RECURSOS DE OFÍCIO e VOLUNTÁRIO – Acórdão 2ª JJF nº 0058-02/14  
**ORIGEM** - INFAZ ATACADO  
**INTERNET** - 23/07/2015

#### 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

##### ACÓRDÃO CJF Nº 0150-11/15

**EMENTA:** ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO A MENOS. Em fase instrutória, o contribuinte comprovou equívocos no levantamento fiscal, fato acolhido pelo autuante. Infração parcialmente subsistente. Negado o pedido para realização de diligência. Mantida a Decisão recorrida. Recurso de Ofício **NÃO PROVIDO**. Recurso Voluntário **NÃO CONHECIDO**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

Trata-se de reexame necessário nos termos da alínea “a”, inciso I do artigo do RPAF/99, e de Recurso Voluntário interposto contra julgamento, em Primeira Instância, do Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 27/03/2013 para exigir ICMS no valor histórico total de R\$135.508,89, acrescido da multa de 60%, em razão de duas imputações, sendo apenas a acusação 01 o alvo da impugnação originária; e objeto do Recurso Voluntário um requerimento do contribuinte, no sentido do reconhecimento de pagamento da parcela do crédito lançado que foi julgada procedente pela JJF:

*INFRAÇÃO 01. Efetuou o recolhimento a menos do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação e/ou do exterior relacionadas nos anexos 88 e 89 do RICMS/BA/97. Meses de fevereiro a novembro/2009. ICMS no valor histórico de R\$129.651,79.*

Consta na descrição da acusação, dentre outros pontos, que o autuado é signatário de Termo de Acordo de Atacadista previsto no Decreto nº 7799/2000, e que a apuração do imposto foi realizada considerando esse benefício fiscal.

O Fisco juntou documentos às fls. 66 a 439 (volumes I e II).

Às fls. 446 a 451 o contribuinte impugnou parcialmente o lançamento de ofício, expondo reconhecer o cometimento da infração 2 e de parte da infração 1. Aduziu que sua irresignação restringia-se aos débitos lançados para os meses de fevereiro, abril e outubro, todos do exercício de 2009. Em relação a fevereiro/2009, reconheceu o débito de R\$2.943,85; para abril, o de R\$3.614,19. Quanto a outubro/2009, afirmou que as notas fiscais apontadas pelo Fisco na apuração do débito lançado foram canceladas pelos fornecedores emitentes, inexistindo diferença a cobrar para este mês. Relatou ter recolhido, na data de 26/04/2013, os valores reconhecidos.

Anexou documentos às fls. 452 a 470, e à fl. 473 protocolou pedido de emissão de DAE para pagamento do débito integral referente à imputação 2, efetuando o recolhimento respectivo, conforme documento emitido pelo sistema informatizado SIGAT/SEFAZ - Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária, às fls. 484 a 486.

O autuante prestou informação fiscal às fls. 490 e 491 aduzindo que, após examinar a documentação apresentada pelo contribuinte, acolhia integralmente as alegações defensivas,

citando os dados que lastreavam suas conclusões.

À folha 494 o autuado reconheceu os valores de R\$2.943,85 e de R\$3.614,27, relativos aos meses de fevereiro e de abril de 2009.

Às folhas 505 a 507, foi acostado pela Coordenação Administrativa do CONSEF Relatório do sistema informatizado SIGAT/SEFAZ, constando o pagamento do valor histórico de R\$6.558,12, correspondente à infração 1.

Conforme documentos de folhas 508 e 509, o autuado recebeu cópia da informação fiscal e manteve-se silente. Às folhas 511 a 514 consta relatório do SIGAT/SEFAZ, discriminando os pagamentos dos valores históricos de R\$6.558,12 e R\$26.519,67, correspondentes à infração 1, e de R\$5.857,10, correspondente à infração 2.

O julgamento unânime em Primeira Instância manteve parcialmente o Auto de Infração, conforme Acórdão nº 0058-02/14, às fls. 532 a 534. Em seu voto assim se expressa o digno Relator:

**VOTO**

*Após analisar as peças que compõem o presente PAF, constatei que o autuante lavrou o Auto de Infração em tela, para exigir ICMS e aplicar multas por descumprimento de obrigações acessórias decorrente de 02 (duas) infrações.*

*Em sua defesa o sujeito passivo reconhece a procedência da infração 02, tendo efetuado o pagamento. Portanto, não existindo lide, a mesma fica mantida na autuação.*

*Assim, no caso em tela, a lide persiste em relação a infrações 01, a qual o autuado reconheceu parcialmente.*

*Na infração 01 é imputado ao autuado ter recolhido a menos o ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação e/ou do exterior relacionadas nos anexos 88 e 89.*

*Em sua defesa o sujeito passivo apontou erros no levantamento fiscal em relação ao meses de fevereiro, abril e outubro de 2009, acostando aos autos cópias de DAE's, notas fiscais, do livro Registro de Entradas e extrato de consulta ao site da SEFAZ/SP, este último para comprovação o cancelamento das notas fiscais relativas ao mês de outubro em questão.*

*Na informação fiscal o autuante analisou e acatou todos os argumentos defensivos, revisando os levantamentos fiscais que resultou nos valores reconhecidos pelo contribuinte como devido em sua defesa.*

*Acolho o resultado da revisão fiscal, uma vez que foi amparada nas cópias de DAE's, notas fiscais, do livro Registro de Entradas e extrato de consulta ao site da SEFAZ/SP, este último para comprovando o cancelamento das notas fiscais relativas ao mês de outubro em questão.*

*Logo, entendo que a infração 01 restou parcialmente comprovada, conforme abaixo:*

DATA OCORR	VALORES HISTÓRICOS DEVIDOS
28/02/2009	2.943,85
31/03/2009	3.607,43
30/04/2009	3.614,27
31/05/2009	2.380,23
30/06/2009	1.702,20
31/07/2009	7.554,65
31/08/2009	4.319,64
30/09/2009	4.062,53
31/10/2009	0,00
30/11/2009	2.893,00
TOTAL	33.077,80

*Voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.*

A Junta de Julgamento Fiscal recorreu de ofício da Decisão, nos termos do art. 169 inciso I, alínea “a”, do RPAF/99.

O sujeito passivo interpôs Recurso Voluntário à fl. 542, expondo estar encaminhando cópia dos DAEs com a finalidade de requerer a extinção da cobrança respectiva. Identificou os pagamentos como sendo: “DAE 1755 – valor principal R\$6.558,11 pago em 30/04/2013; DAE 1755 – valor principal R\$26.519,67 pago em 25/04/2013; DAE 1755 – valor principal R\$5.857,10 pago em

16/04/2013.”

Concluiu pedindo que fosse determinada diligência a ser realizada por preposto indicado por este Conselho, no sentido de dirimir as dúvidas existentes quanto a esses valores citados em seu texto. Anexou documentos às fls. 543 a 555.

A PGE/PROFIS, por intermédio da Procuradora Maria Helena Mendonça Cruz, emite Parecer às fls. 560 e 561 aduzindo que considera ausentes argumentos jurídicos capazes de provocarem a revisão do Acórdão recorrido, com o qual coaduna-se. Observa que o Recurso não se insurge contra o julgamento, apenas o contribuinte colaciona aos autos os DAES relativos a pagamentos referentes ao Auto de Infração alvo da lide, solicitando a extinção da cobrança do débito exigido. Afirma entender que os pagamentos efetuados, desde que efetivamente comprovados, devem ser homologados pelo setor competente, mas em nada modificam o julgamento recorrido, que ocorreu no sentido da procedência parcial do lançamento.

Conclui opinando pelo Conhecimento e Improvimento do Recurso Voluntário interposto.

## VOTO

Trata-se de reexame necessário nos termos da alínea “a”, inciso I do artigo do RPAF/99, e de Recurso Voluntário interposto pelo contribuinte.

A submissão ao reexame necessário decorre da desoneração realizada no julgamento de primeira instância, que acolheu a retificação de cálculos realizada pelo Fisco, após exame da documentação apresentada pelo contribuinte e também de verificação no sistema informatizado de emissão e controle de documentos fiscais emitidos por meio eletrônico.

De fato, não merece reparo a Decisão recorrida.

Quanto à manifestação do contribuinte em sede de apelo recursal, esta restringe-se ao requerimento no sentido de que seus pagamentos, realizados ainda em fase instrutória deste processo administrativo, sejam considerados para o fim de extinção do crédito tributário. Pede, para tanto, a realização de diligência para a verificação da exatidão dos dados relativos a tais pagamentos.

Indefiro este pedido de realização de diligência, vez que as provas constantes dos autos são suficientes à formação do meu convencimento quanto a que foram realizados pagamentos referentes à autuação, e também porque quando da homologação dos pagamentos realizados, pelo setor de Cobrança desta SEFAZ, que não integra este Contencioso administrativo, tais pagamentos serão devidamente considerados.

Conforme constata-se do teor da manifestação do contribuinte a título de Recurso Voluntário, em verdade inexistente qualquer contraposição em relação à Decisão de piso. Por conseguinte, não se tratando de insurgência do contribuinte, e sim de verdadeira concordância integral com o entendimento esposado pela Junta, não prevalecem as condições processuais suficientes ao conhecimento do Recurso Voluntário, tal como previsto na alínea “b” do inciso I do artigo 169 do RPAF/BA:

*RPAF/BA:*

*Art. 169. Caberão os seguintes Recursos, com efeito suspensivo, das decisões em processo administrativo fiscal:*

*I - para as Câmaras de Julgamento do CONSEF:*

*(...)*

*b) Recurso voluntário do sujeito passivo **contra** a Decisão da primeira instância em processo administrativo fiscal;*

*(...)*

*(destaque nosso)*

Assim, à situação aplica-se o previsto no inciso IV do artigo 173 do mesmo Regulamento:

*Art. 173. Não se tomará conhecimento do Recurso que for interposto:*

*(...)*

*IV - sem previsão na legislação processual.*

*(...)*

Pelo exposto, voto pelo NÃO CONHECIMENTO do Recurso Voluntário e pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso de Ofício, para que seja mantida a Decisão de primeiro grau, devendo ser homologados, pelo setor competente desta Secretaria da Fazenda, os valores efetivamente recolhidos, e intimado o contribuinte para pagamento se, porventura, persista insolvência parcial do crédito tributário lançado de ofício.

## **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso de Ofício interposto, **NÃO CONHECER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida que julgou **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269353.0200/13-8**, lavrado contra **SOMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. – ME**, no valor de **R\$38.934,90**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, alíneas “a” e “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo ser cientificado o recorrente desta decisão, encaminhar os autos à repartição competente para homologação do valor efetivamente recolhido e, posteriormente proceder o arquivamento.

Sala das Sessões do CONSEF, 03 de junho de 2015.

RUBENS BEZERRA SOARES - PRESIDENTE

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA – RELATORA

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO-SÉ – REPR. DA PGE/PROFIS